

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

IV - Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social:

(...)

d) assuntos relativos à saúde, saneamento básico e assistência social em geral;

e) organização da saúde, em conjunto com o sistema unificado de saúde:

f) ações e serviços de saúde pública, campanhas de saúde pública, erradicação de doenças endêmicas e imunizações;

g) medicinas alternativas;

h) higiene, educação e assistência sanitária;

i) atividades médicas;

j) controle de drogas, medicamentos e alimentos, sangue e hemoderivados;

A justificativa do Projeto é nos seguintes termos:

A proposição em tela visa propor a garantia aos moradores de rua, indigentes, dependentes de álcool e drogas o acesso aos serviços integrados dos Centros de Saúde, através do SUS, para consultas e realização de exames, no caso dos moradores de rua e indigentes para dar a estes o direito à saúde, uma vez que muitas vezes não podem se consultar ou realizar exames por não terem residência fixa e documentos pessoais, e aos dependentes de drogas dar a oportunidade de internação voluntária, uma vez que devido à burocracia, trâmites legais e demora no atendimento médico e realização de exames podem acabar perdendo a chance da internação.

Assim, este Relator entende que o Projeto seja plausível, em conformidade com as razões da Autora, sendo que vota favoravelmente à matéria, entendendo que este Parecer seja meramente opinativo, considerando seu efeito não vinculante, e reserva a decisão definitiva ao Plenário.

Sem mais para o momento, passa-se à conclusão.

3. Conclusão:

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 81/2022.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 17 de novembro de 2022.

VEREADOR EUGÊNIO FERREIRA
Relator